



# Perspectivas de investigación

## Concepções de política de indexação na visão de bibliotecários brasileiros

**Paula Regina Dal'Evedove**

Universidade Federal de São Carlos  
Brasil · p.dallevedove@gmail.com

**Roberta Cristina Dal'Evedove Tartarotti**

Universidade Estadual Paulista  
Brasil · roberta\_tartarotti@yahoo.com.br

**Mariângela Spotti Lopes Fujita**

Universidade Estadual Paulista  
Brasil · mariangelaslf57@gmail.com

**Resumo:** A política de indexação para o contexto de bibliotecas universitárias é apropriada e útil quando reflete os fundamentos teórico-metodológicos da área de Organização e Representação do Conhecimento e, ao mesmo tempo, as necessidades profissionais, contribuindo com o processo de melhorias contínuas no fazer bibliotecário. Considera-se, portanto, que a opinião dos bibliotecários que atuam diretamente com a representação temática da informação é um mecanismo fundamental para a obtenção de subsídios capazes de delinear o atual cenário do ambiente de trabalho, o que viabiliza a elaboração de diretrizes de política de indexação mais condizentes com as características e necessidades das bibliotecas universitárias brasileiras. O objetivo do estudo foi averiguar, mediante as concepções dos bibliotecários brasileiros que atuam em bibliotecas universitárias, como a política de indexação é percebida no contexto profissional. Para coleta de dados foi aplicado um questionário composto por 17 questões abertas e fechadas, sendo o formulário eletrônico enviado para os bibliotecários atuantes em 90 bibliotecas universitárias das 5 Regiões do Brasil. A aplicação dos questionários revelou a concepção dos atores sociais investigados sobre o cenário teórico-metodológico e prático-aplicado em que se encontra a política de indexação no contexto das bibliotecas universitárias, e como este recurso é percebido e aplicado na prática profissional.

**Palavras-chave:** Organização e Representação do Conhecimento; Política de indexação; Indexador; Bibliotecas universitárias; Brasil.

**Abstract:** The indexing policy for the context of university libraries is appropriate and useful when it reflects the theoretical and methodological foundations of Knowledge Representation and Organization and at the same time, professional needs, contributing to the process of continuous improvement of the librarian's tasks. It is considered therefore that the opinion of librarians who work directly with the thematic representation of information is a fundamental mechanism for obtaining the means for outlining the current situation of the work environment, which enables the development of indexing policy which is more consistent with the characteristics and needs of Brazilian university libraries. The aim of the study was to ascertain, from the conceptions of Brazilian librarians who work in university libraries, how indexing policy is perceived in the professional context. For data collection, a questionnaire composed of 17 open and closed questions was used, the electronic form of which was sent to working librarians in 90 university libraries of the five regions in Brazil. The questionnaires revealed the conceptions of the social actors investigated regarding the theoretical-methodological and practical-applied scenario in which the indexing policy operates in the context of university libraries, and how this feature is perceived and applied in professional practice.

**Keywords:** Organization and Knowledge Representation; Indexing policy; Indexer; University libraries; Brazil.

## 1. Introdução

No Brasil, as pesquisas destinadas à política de indexação são paulatinamente trabalhadas desde a década de 80 na área de Organização e Representação do Conhecimento. Apesar do avanço, tais pesquisas são limitadas, restringindo-se aos aspectos organizacionais, estruturais, metodológicos e pedagógicos que envolvem a política de indexação, comumente na perspectiva profissional e de usuários.

Debruçando-se na literatura especializada destinada ao tema, observamos que as inconsistências durante o processo de tratamento temático da informação na atuação profissional em bibliotecas universitárias são resultantes da ausência de políticas e manuais próprios que sirvam como diretrizes para o trabalho do bibliotecário indexador e, sobretudo, como instrumento para a sua formação em serviço. Diante disto, entendemos que a política de indexação é apropriada e útil para o contexto de bibliotecas universitárias quando reflete os fundamentos teórico-metodológicos da área de Organização e Representação do Conhecimento e, ao mesmo tempo, as necessidades profissionais, contribuindo com o processo de melhorias contínuas no fazer do bibliotecário.

Considera-se que a opinião dos bibliotecários que atuam diretamente com a representação temática da informação é um mecanismo fundamental para a obtenção de subsídios capazes de delinear o atual cenário do ambiente de trabalho, o que viabiliza a elaboração de diretrizes de política de indexação mais condizentes com as características e objetivos das bibliotecas universitárias brasileiras. Dessa forma, objetivou-se neste estudo contribuir com aportes para a verticalização do tema na área de Organização e Representação do Conhecimento mediante as concepções dos bibliotecários brasileiros sobre a representação de assuntos em bibliotecas universitárias, com o intuito de averiguar como a política de indexação é trabalhada no contexto profissional.

Nesse sentido, a proposta deste estudo é propiciar indicações reais sobre as incoerências e limitações que cercam as ações profissionais no cotidiano da atividade de tratamento temático da informação realizada em domínios informacionais específicos e, sobretudo, quanto da melhoria desta no contexto de bibliotecas universitárias a partir de um conjunto de elementos, na esfera teórica e metodológica, que devam ser considerados e contemplados na política de indexação.

O diferencial frente a outros estudos dedicados ao tema assenta-se na possibilidade de se conhecer os modos sociais de pensamento dos bibliotecários, articulando opiniões, impressões, comportamentos e interesses pessoais e coletivos dos sujeitos na condução de políticas de indexação que atendam de forma mais adequada aos interesses das bibliotecas universitárias brasileiras.

## 2. Fundamentação teórica

A presente reflexão é construída sob o entendimento de que as teorias trabalhadas na Organização e Representação do Conhecimento passam a ter funcionalidade – razão de ser –, se servirem à prática do bibliotecário. Com esta visão, toma-se como base o contexto de bibliotecas universitárias e as mudanças ocorridas na forma de tratar e disponibilizar a informação, a fim de sustentar as exposições apresentadas sobre a nova postura a ser assumida pelo bibliotecário indexador frente às atividades de organização e representação da informação.

No contexto científico, a representação da informação concebe a descrição física e de conteúdo dos documentos, “[...] eliminando uma ‘complexidade supérflua’, fazendo com que, os objetos representados sejam substitutos dos objetos representados” (Pinho, 2010, p. 1). Assim, duas vertentes são delineadas a partir dos aspectos informacionais a serem organizados e representados: a vertente descritiva ou formal e a vertente temática ou de conteúdo da representação ou catalogação, ambas com fins de socialização do conhecimento. Embora sejam operacionalmente diferentes, são considerados processos interdependentes, especificamente quando vinculados ao contexto de bibliotecas universitárias, considerando-se que,

[...] na biblioteca, o formato descritivo utilizado é o catalográfico, a maioria em MARC21<sup>1</sup>, que conterà o resultado das operações de tratamento de forma (autor, título, edição, casa publicadora, data, número de páginas etc.) e de conteúdo documentário (o número de classificação, obtido pela classificação, os cabeçalhos de assuntos determinados pela indexação e, em alguns casos, o resumo derivado da elaboração de resumo) (Rubi, 2008, p. 146).

Martinho e Fujita (2010) esclareceram que a catalogação (representação), fruto do desenvolvimento dos catálogos, é um processo que viabiliza que os documentos que compõem o acervo das bibliotecas sejam conhecidos, buscados e acessados. De modo geral, a catalogação descritiva e a catalogação de assunto são processos mediatizados e inter-relacionados (Martinho & Fujita, 2010), sendo a primeira etapa destinada à identificação de elementos físicos do documento e a segunda etapa responsável pela extração do conteúdo temático com fins de atribuição de pontos de acesso por assunto que comporão os cabeçalhos de assunto (Tauber, 1953).

O objetivo da catalogação de assunto é preparar a informação bibliográfica para a criação de registros bibliográficos (Sanchez Luna, 2004). Para Shoham e Kedar (2001), consiste em uma operação intelectual do exame do documento com fins de extração e representação de assuntos nele contidos, servindo de ponto de acesso para a busca e a recuperação do documento original no acervo e, paralelamente, para o agrupamento das obras por área de abrangência temática, o que possibilita ao usuário contato com obras do mesmo universo do conhecimento. Em síntese, a catalogação de assunto consiste na “representação, nos catálogos de biblioteca, dos assuntos contidos no acervo” (Fiúza, 1985, p. 257).

Em termos operacionais, a indexação é uma operação mental na qual são descritos o conteúdo intelectual contido no documento com o auxílio de instrumentos que contenham padrões e conceitos descritores (UNESCO, 1975).

Representar o conhecimento contido nos documentos é o objetivo principal da indexação. Ao considerar as perspectivas teóricas, tem-se que o processo de indexação abarca a representação por conceitos no momento da análise de assunto, a qual “[...] assume função preponderante entre o significado do conteúdo documentário e o termo que o representa” e a representação por linguagem documentária no momento da tradução, não havendo dissociação das etapas ou etapas complementares<sup>2</sup> (Fujita, 2013b, p. 44). Este posicionamento é compartilhado por autores como Chaumier (1986), Waller e Masse (1999), Mai (2000), Gil Leiva (2008) e Tamayo e Valdez (2008).

Embora haja uma distinção<sup>3</sup> clara sobre os produtos e instrumentos das operações do tratamento temático da informação em destaque, catalogação de assunto e indexação, o processo contempla um objetivo comum: a atribuição de conceitos representativos do documento com fins de recuperação da informação. Isto porque, “apesar das divergências sobre semelhanças e diferenças entre os termos, a indexação [...] e a catalogação de assuntos são equivalentes porque são resultados de um mesmo processo: a análise de assunto” (Silva & Fujita (2004, p. 142).

Ainda que sejam operações conceitualmente equivalentes (Milstead, 1983; Fiúza, 1985; Naves, 2002; Lancaster, 2004; Silva & Fujita, 2004; Robredo, 2005; Dias & Naves, 2007, dentre outros), Sauperl (2002) chama a atenção para um ponto importante e faz saber que, “a despeito da longa tradição da catalogação de assunto, ainda não se tem

<sup>1</sup> O formato MARC – *Machine Readable Cataloging* para o século 21 é um padrão internacional para codificação de registros bibliográficos eletrônicos que permitiu a *Library of Congress* (LC) fornecer seus registros bibliográficos codificados em meio magnético, fato que potencializou a eficiência na acomodação dos registros, ampliou a capacidade de busca de dados e transferência de registros entre bibliotecas (Vasconcellos, 1996; Alves, 2005).

<sup>2</sup> Fujita (2013a) sinalizou a ambivalência da representação documental realizada no processo de indexação ao expor de maneira pontual como se realizam as demais etapas indicadas pela literatura da área para indexadores e catalogadores. Diante deste quadro, o posicionamento adotado neste estudo é de que a atividade ocorre em dois momentos, em que “o procedimento em duas etapas consiste de uma etapa em que o assunto é determinado e outra etapa em que o assunto é traduzido e expresso na linguagem de indexação” (Mai, 2000, p. 277).

<sup>3</sup> De modo pontual, “[...] a catalogação de assuntos está essencialmente ligada à construção de catálogos de bibliotecas e a indexação à construção de índices de bibliografias em serviços de informação bibliográficos que produzem bases de dados” (Rubi, 2008, p. 146).

exatamente claro como o processo de determinação de assunto efetivamente ocorre” (p. 1), isto é, a fase da análise de assunto figura como sendo um processo preliminar e não central da catalogação de assunto, a qual criará as bases para que, em momento posterior, ocorra a tradução dos conceitos na linguagem documental. De modo contrário, a ação profissional de descrever o conteúdo informativo expresso no documento com o auxílio de instrumentos que contenham padrões e conceitos descritores para atuarem como intermédio entre o usuário e o documento (UNESCO, 1975; Campos, 1987) é o que constitui a indexação, sendo a análise de assunto uma fase vital ao passo que, por meio dela, ocorre a análise conceitual de modo a “determinar o conteúdo intelectual do documento” (Sauperl, 2002, p. 7), para então e, só depois de então, ocorrer a etapa da tradução do assunto pela linguagem de indexação (Mai, 2000).

Por ser uma operação cujo cerne é a atribuição de conceitos a partir da fase da análise de assunto, o caráter procedimental da indexação está sujeito a uma tarefa intelectual não apenas a uma fase simplória, por decorrência de uma preocupação efetiva com a dimensão de uso (Fidel, 2000<sup>4</sup> apud Guimarães, 2009). Preocupação esta que se reflete pelo fato de que, o processo de tratamento temático da informação realizado de maneira mais detalhada, propiciará uma recuperação com níveis de revocação menor e, paralelamente, com um índice maior de precisão, em que, “[...] mesmo sendo um número reduzido de documentos, são exatamente esses que correspondem às questões de busca do usuário” (Rubi, 2008, p. 35). Sobre isto, Guimarães (2009) atestou que a questão do assunto na catalogação de assunto “[...] emerge como algo mais simples, quase como que inerente e de pronto perceptível, no mais das vezes via sistema de classificação ou lista de cabeçalhos de assunto [...]” (p. 112).

Estes aspectos que diferenciam a indexação da catalogação de assunto justificam a opção pelo emprego do termo indexação neste estudo, apesar do universo contemplado aqui ser o de biblioteca universitária e o termo catalogação de assunto ser o mais usual para descrever a prática profissional desta atividade neste contexto (Dias & Naves, 2007). Outro importante motivo a ser considerado pelo uso deste termo é de que, com fins de prover uma adequada recuperação dos documentos por parte dos usuários nos sistemas de recuperação da informação, torna-se fundamental que o bibliotecário realize, além da representação descritiva dos documentos, “[...] a representação temática do documento caracterizando o processo da indexação juntamente com o procedimento da catalogação”, o que incide que a fase da análise de assunto seja realizada de modo que o campo de assunto seja preenchido nos formatos catalográficos (Rubi, 2008, p. 39). A discussão precedente ganha sustentação com a exposição de Fujita (2013a), para quem:

A indexação na catalogação representa uma estratégia inteligente para que os catálogos possibilitem a recuperação por assuntos mais precisa e específica e, além disso, é possível, de antemão, prever que com os conhecimentos teóricos e práticos da área de indexação as bibliotecas terem linguagem mais especializada e abrangente, métodos de avaliação da indexação para melhoria da recuperação da informação, método de indexação, manual de política de indexação que assegure a qualidade da recuperação por assuntos na atual conjuntura de catalogação cooperativa, software de indexação automatizada (p. 151).

Com base na afirmativa de Booth (2001) de que o usuário de biblioteca almeja dispor de ferramentas de pesquisa que, prontamente, lhe permita recuperar nos sistemas de informação documentos sobre o assunto desejado, Guimarães (2009) refletiu que neste cenário a indexação passa a ser considerada “[...] uma atividade vital para a sobrevivência do sistema, ainda que não seja notada como tal” (p. 107). Nesta mesma linha de pensamento, Fujita (2013a) sinalizou que “a qualidade da representação documentária é avaliada pela recuperação de conteúdos documentários pertinentes” (p. 44).

<sup>4</sup> Fidel, R. (2000). The user-centered approach: how we got there. Wheeler, W. J. (ed.). *Saving the user's time through subject access innovation*. Champaign, Ill.: The Board of Trustees of The University of Illinois.

Relativo às ferramentas de pesquisa, Ferraz (1991) esclareceu que a inserção do catálogo na história da humanidade culminou para a dissociação da biblioteca como mero depósito de livros. Mey e Silveira (2009) apontaram o catálogo como um meio de comunicação, na medida em que “[...] veicula mensagens sobre os registros do conhecimento, de um ou vários acervos, reais ou ciberespaciais, apresentando-as com sintaxe e semântica próprias e reunindo os registros do conhecimento por semelhanças, para os usuários desses acervos” (p. 12). Ao relacionar os catálogos e a qualidade das informações disponibilizadas, Villén-Rueda (2006) ressaltou que, para melhorar os catálogos, são necessários desenvolvimentos sobre política de indexação que sejam coerentes e em conformidade com o contexto automatizado.

Em decorrência das mudanças que marcam a trajetória dos catálogos nas bibliotecas universitárias e visando a economia de recursos humanos e financeiros, o processo de conversão retrospectiva de registros bibliográficos e o da catalogação cooperativa automatizada por meio de um formato bibliográfico tornam-se atividades necessárias, bem como estratégias do ponto de vista gerencial. A evolução da informática para biblioteca culminou no surgimento dos catálogos coletivos, redes de cooperação e sistemas especializados enquanto resultados palpáveis dessa inserção tecnológica (Mey, 1995; Robredo, 2005) potencializando, sobremaneira, as atividades de organização e representação da informação a partir da simplificação do processo, padronização dos registros bibliográficos e acesso remoto ao catálogo.

A despeito dos benefícios dessa nova realidade, destaca-se que as atividades de organização e representação da informação sofreram uma importante transformação com a inserção das tecnologias de informação e comunicação e, como todo avanço, apresenta vantagens e desvantagens (Vasconcellos, 1996). Em época de automação de bibliotecas, a migração de um catálogo pré-existente para um catálogo *online* proporciona o intercâmbio de registros de forma padronizada, mas deixa em aberto questões ligadas à etapa da atribuição de assuntos aos documentos. Rubi (2008) constatou que a representação dos documentos passa a ser desconsiderada, em virtude de já estar contemplada nos registros bibliográficos importados de outros sistemas de informação cooperantes. Contudo, a autora advertiu que existem elementos estruturais do catálogo que não podem ser obtidos de forma pré-empacotada, considerando-se que a estrutura do catálogo e, por consequência a do registro bibliográfico, estão atrelados à coleção e comunidade local, o que indica que “[...] esforços devem ser envidados para fazer a conexão entre os usuários e os assuntos utilizados” (Rubi, 2008, p. 70).

O grande contributo da cooperação entre bibliotecas universitárias para a construção de catálogos é o avanço em termos de otimização do processo de tratamento descritivo, isto é, a catalogação de forma. Apesar dos importantes avanços para a área, o processo de tratamento temático da informação, especificamente a etapa de identificação de conceitos por meio da análise de assunto foi simplificada, sendo reduzida “[...] a uma simples operação de ‘cópia’, contemplando dessa forma somente a questão da ‘forma’ na catalogação, deixando de lado o ‘conteúdo’” (Rubi, 2008, p. 14-15). Isso quer dizer que o bibliotecário que faz a catalogação cooperativa não realiza as alterações necessárias no registro incorporado de outras instituições no que concerne ao “campo assunto”, prática que demonstra uma despreocupação com relação a sua comunidade usuária, ao passo em que busca as informações quanto à forma dos documentos – catalogação descritiva; deixando em segundo plano o conteúdo destes documentos – catalogação de assunto ou indexação (Rubi, 2008).

Para Passoni (2001) o bibliotecário diante da catalogação não possui consciência de que esta atividade, em tempos de automação de bibliotecas e do uso do MARC 21, também está comprometida com a análise de assunto, isto é, a indexação por meio do estabelecimento de descritores para os documentos catalogados no campo 6XX do formato como forma de assegurar consistência ao catálogo. Complementando o exposto, Martinho e Fujita (2010) afirmaram que o “catálogo não deve existir como um fim em si mesmo, pois ele se insere em um sistema informacional e deve estar sensível a mudanças cotidianas a partir da necessidade informacional registrada do usuário” (p. 05). Logo, o simples reaproveitamento dos assuntos dos registros

importados de bases de dados cooperantes torna-se um empecilho para uma boa representação e recuperação da informação.

O catálogo é um produto necessário para a organização e recuperação da informação, pois consiste na representação do trabalho de determinação do assunto do documento. Sendo assim, deve ser alimentado de forma consistente para que a busca por assunto seja contemplada e, por sua vez, atenda positivamente os usuários remotos e locais. Como resultado, é ele que confere visibilidade aos usuários de bibliotecas universitárias, os quais “[...] visualizam essa prática profissional mediante a utilização desse catálogo, como um produto que possibilita a recuperação, a localização e o intercâmbio de variados recursos informacionais” (Bocato & Fujita, 2010, p. 25).

Fujita, Augustín Lacruz e Gómez Días (2012) endossaram a discussão sobre o impacto da automatização na catalogação e afirmam que “com a adoção das implicações informáticas e os registros catalográficos que incluíam os assuntos, se perdeu a vigência das ferramentas de indexação, já que resultam desnecessárias” (p. 106). No referido estudo, indicam-se como principais efeitos o imobilismo normativo, o envelhecimento das ferramentas e instrumentos léxicos e terminológicos, redimensionamento das tarefas profissionais e perda da relevância das ferramentas documentais. Ademais, alertam que se tornou prática comum a inclusão dos registros capturados nos sistemas de informação sem adaptar a descrição temática às características de cada biblioteca, sem serem realizadas as modificações necessárias. Obviamente, esta manobra “[...] implicou que em honra da quantidade de registros incorporados, se sacrificaria a qualidade da indexação temática dos mesmos” (Fujita; Augustín Lacruz & Gómez Días, 2012, p. 100). Contudo, Mai (2000) alertou que “se os documentos são representados pobremente ou inadequadamente, a qualidade da recuperação será igualmente deficiente” (p. 270).

Esta problemática vivenciada no cotidiano da profissão em muito é reflexo da falta de sedimentação teórico-conceitual e prático-aplicado sobre as operações de indexação e catalogação de assunto que compõem o tratamento temático da informação. Diante disto, é imprescindível o avanço conceitual e procedimental sobre as operações do tratamento temático da informação, na condição de núcleo base da área de Organização e Representação do Conhecimento, especificamente quando atreladas ao contexto de bibliotecas universitárias. Diferentemente de outras abordagens de natureza mais epistemológica do campo da informação, os estudos realizados nesta área impactam diretamente no fazer do bibliotecário, contribuindo para a sistematização teórico-metodológica do processo.

Do mesmo modo, a falta de conhecimentos científicos sobre o tema repercute na qualidade dos produtos e serviços informacionais gerados e oferecidos nos diferentes contextos informacionais, comprometendo a recuperação da informação e acarretando consequências diretas aos usuários. Por conseguinte, sem parâmetros de orientação, o tratamento dos documentos poderá ser realizado de forma equivocada pelo bibliotecário; situação favorável para que as informações oferecidas nos sistemas de recuperação da informação não correspondam ao perfil de sua comunidade usuária.

Vista sob este ângulo, a política de indexação mostra-se um contributo à questão, pois tem como objetivo principal uniformizar os procedimentos para a realização do processo de tratamento temático da informação. Para Rubi (2008) a política de indexação garantiria a personalização do catálogo de cada biblioteca universitária e, por consequência, uma recepção da informação adaptada às preferências ou necessidades do usuário, as quais estariam contempladas por meio dos assuntos designados para a representação conceitual dos documentos. Complementando o exposto, considera-se que a evolução tecnológica que desencadeou as mudanças na forma e acesso dos registros bibliográficos deve ser acompanhada por uma readequação quanto ao valor agregado à informação contida nestes recursos informacionais (Fujita, 2005).

Nesse contexto, especial importância assume o papel do bibliotecário indexador referente à concepção de um “bem fazer” e de um “bem atuar”, visto que a organização

e a representação da informação exigem muito mais que um “fazer técnico”, haja vista que:

[...] as competências específicas para os profissionais que trabalham com o tratamento temático não se esgotam no como fazer, mas encontram terreno fértil de indagação no “por que” fazer e no “para que” fazer, principalmente porque é necessário levar em conta que tanto o produto quanto o processo de representação devem estar imbuídos da preocupação com a sua utilidade e sua adequação para determinada comunidade ou grupo-alvo (Pinho, 2010, p. 02).

Para tanto, a política de indexação deve ser considerada neste cenário, uma vez que contribui ativamente com esta questão, posto que suas diretrizes trazem orientações quanto à forma que será adotada a organização e a representação da informação no catálogo coletivo *online* em cada biblioteca universitária. Desvela-se, como um contributo às atividade de tratamento temático da informação. Nunes (2004) lembrou que “[...] o estabelecimento de regras mínimas, desde que apropriadas, permite que, progressivamente, o próprio processo de indexação economize energias, tanto do usuário quanto do bibliotecário, contribuindo para o desenvolvimento da biblioteca” (p. 60). Em decorrência, a indexação em bibliotecas universitárias deixa de ser vista como um problema ou atividade desnecessária e passa a “[...] transmutar em instrumento indutor de avanços qualitativos dos serviços prestados pela biblioteca” (Nunes, 2004, 60).

Por contemplar subsídios teóricos e metodológicos do processo de tratamento temático da informação, a política de indexação atua como guia para que o bibliotecário realize a determinação dos assuntos dos documentos descritos nos registros importados de outras bases de dados bibliográficos e atribua significado à informação, conforme indicação de Rubi (2008).

### 3. Métodos de coleta e análise de dados

O universo investigado contempla atores sociais identificados em ambientes de universidades do Brasil. Para tanto, o estudo foi conduzido por meio de um questionário eletrônico encaminhado aos bibliotecários atuantes em bibliotecas universitárias do Brasil.

Desse modo, com o objetivo de delinear a política de indexação na ótica dos profissionais atuantes no tratamento temático da informação, após pesquisa no site do Ministério da Educação (MEC) foram selecionadas 90 universidades, públicas e particulares, das 5 Regiões do país. Após a pesquisa em seus *sites* institucionais, verificou-se a existência de biblioteca, momento em que também foram coletados os *emails* dos bibliotecários, totalizando 77 sujeitos de pesquisa. As questões do formulário eletrônico, enviadas por *email* aos bibliotecários participantes, foram elaboradas de modo a identificar os conhecimentos específicos dos bibliotecários acerca da política de indexação no contexto de bibliotecas universitárias, dividido em duas partes: *Categoria 1 – Diagnóstico Organizacional* (10 questões) e *Categoria 2 – Política de indexação* (7 questões), entre abertas e fechadas.

No tocante aos aspectos éticos da pesquisa, cabe esclarecer que os mesmos foram informados de que os dados obtidos seriam utilizados para fins científicos, sendo a identidade dos participantes e instituições mantidos em sigilo.

Para a escolha deste universo de pesquisa foram considerados, dentre outros fatores, a questão da socialização do conhecimento no espaço das bibliotecas universitárias e as constantes mudanças ocorridas nas últimas décadas nestes domínios informacionais específicos; a possibilidade de troca de conhecimento e experiências em prol da melhoria dos processos de organização e representação da informação no espaço mundo; e os contributos de investigações pautadas na análise de outros contextos, juntamente com os benefícios advindos com a observância de outras realidades.

Diante da variabilidade do comportamento e dos estados subjetivos dos atores sociais investigados, a análise dos dados ocorreu mediante a abordagem qualitativa como forma de preservar os conhecimentos dos sujeitos de pesquisa. Chizzotti (2003)

esclarece que, no âmbito da pesquisa qualitativa, todos os fenômenos são considerados igualmente importantes e, por isso, estão no centro de referência das análises, interpretações e considerações sobre todas e quaisquer manifestações, representações e/ou conceitos elaborados pelos sujeitos de pesquisa. Ainda, segunda a autora, “na pesquisa qualitativa, todas as pessoas que participam da pesquisa são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam” (Chizzotti, 2003, p. 83).

Este olhar é fruto de uma máxima que permeia o homem, sua racionalidade diante de outros seres viventes. Como resultado, há no homem a ineludível capacidade de aprender pela experiência. A consequência disso é que a vivência diária das pessoas as leva a produzirem conhecimentos práticos, cujos dados desse cotidiano, em um trabalho de análise e interpretação realizado por intermédio de um pesquisador, podem constituir-se em dados científicos e resultarem na complementação de uma pesquisa ou na comprovação de suposições iniciais.

Complementando a questão, Holanda (2006) acentua que o propósito fundamental da abordagem qualitativa é “elucidar e conhecer os complexos processos de constituição da subjetividade, diferentemente dos pressupostos ‘quantitativos’ de predição, descrição e controle”. Portanto, a interpretação qualitativa dos dados versa no entendimento de que todos os fenômenos são igualmente importantes. Logo, “[...] um tratamento unilateral da realidade é, necessariamente, limitadora desta” (Holanda, 2006, p. 364). Por isso, pauta-se na possibilidade de se ampliar a compreensão sobre os fenômenos abordados por intermédio dos pensamentos, conhecimentos e opiniões dos atores sociais explicitados mediante o preenchimento dos questionários. Desse modo, a utilização do questionário como instrumento qualitativo de pesquisa teve o intuito de identificar os pensamentos, conhecimentos, opiniões, dificuldades, observações e conceitos particulares do grupo social investigado, representando as concepções dos sujeitos de pesquisa sobre política de indexação.

#### 4. Resultados

Após o envio dos formulários eletrônicos por *e-mail*, obtivemos 77 respostas. A primeira etapa do questionário, denominada “*Categoria 1: Diagnóstico organizacional*” teve como objetivo traçar um panorama inicial acerca da caracterização da instituição, do bibliotecário participante, da existência de alguma norma/manual elaborado pela própria biblioteca que oriente como deve ser o processo de tratamento temático documental, se a política de indexação está formalizada em um documento, se os documentos chegam até a biblioteca pré-catalogados ou é de responsabilidade do bibliotecário proceder com a representação física/temática, a importância da política de indexação para nortear a prática cotidiana na atividade de indexação/catalogação de assunto e a existência de grupo de catalogadores para troca de experiências.

Em relação à participação dos bibliotecários na pesquisa por Região do Brasil, 44 (57%) foram da Região Sudeste, 15 (19%) da Região Sul, 12 (16%) da Região Nordeste e apenas 4 (5%) e 2 (3%) da Região Centro-Oeste e Região Norte, respectivamente. A alta representatividade da Região Sudeste decorre do maior número de universidades nesta região do país. Quanto ao perfil profissional, 58% foram bibliotecários catalogadores, 49% bibliotecários indexadores, 29% bibliotecários de referência, 19% supervisores de seção, 35% diretores de biblioteca e 4% coordenadores, ou seja, em alguns casos o mesmo bibliotecário exerce mais de uma atividade.

Referente à existência de uma política de indexação no contexto de atuação profissional, 47% confirmam, enquanto que 47% dos bibliotecários responderam que não. Além disso, quando questionados acerca da existência de alguma norma ou manual elaborado pela própria biblioteca que oriente o processo de tratamento temático documental, 52% dos bibliotecários apontaram a inexistência de tal diretriz. A formalização da política de indexação em um manual de indexação deve ser um instrumento real de trabalho e norteador dos princípios do processo de tratamento documental pela biblioteca universitária, a fim de que seja garantida a consistência

tanto na catalogação de assunto como na indexação. A continuidade e o aperfeiçoamento de uma política de indexação no decorrer dos anos dependem, sobretudo, de seu registro em documentos, “[...] de modo que se possa ter clareza do conjunto de decisões tomadas, suas razões e seu contexto” (Guimarães, 2000, p. 55-56).

Sobre a política de indexação estar regulamentada em um documento, 44% dos bibliotecários afirmam que sim, 20% não e 36% confirmam que não há uma política de indexação na instituição. Sobre a questão acerca de a política de indexação vigente corresponder às necessidades profissionais, 40% afirmam que sim, 18% indicam que não, sendo a outra parcela composta por sujeitos que não possuem o instrumento em seu local de trabalho, totalizando 42%.

No que tange à questão se os documentos chegam até a Biblioteca pré-catalogados ou é de responsabilidade do bibliotecário proceder com a representação física e temática, apenas 6% responderam que os materiais já chegam prontos, 82% realizam a representação física/temática e 12% destacam as duas opções, dependendo do caso, sendo que em geral são pré-catalogados os de compras orçamentárias, enquanto os materiais advindos de doação são processados pela própria biblioteca.

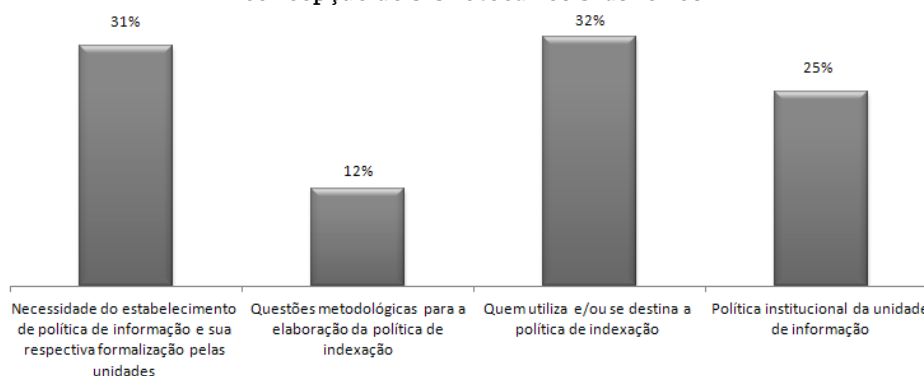
Referente ao uso da política de indexação para direcionar a prática cotidiana na atividade de indexação/catalogação de assunto, 51% responderam que sim, 46% afirmaram não existir política de indexação na instituição e apenas 3% indicaram não fazerem uso do instrumento.

Em relação à existência de grupo de catalogadores para troca de experiências, dúvidas e sugestões, 82% dos bibliotecários responderam que sim. Em contrapartida, 18% afirmam não haver nenhum grupo com este objetivo na instituição onde atuam. Além disso, quando perguntados se os registros documentais importados de outros catálogos passam por alguma revisão e adaptação para o contexto, a exemplo dos termos utilizados para indexação, 90% responderam que sim, enquanto 10% sinalizaram que não.

A segunda parte do questionário, intitulada “*Categoria 2: Política de indexação*” objetivou traçar um panorama acerca das opiniões dos profissionais quanto ao papel da política no processo de indexação e catalogação de assunto, quais questões deveriam ser discutidas na área, quais os elementos a serem considerados em sua elaboração e, por fim, quais pontos deveriam ser abordados para a construção e efetiva aplicação de uma política de indexação no âmbito de bibliotecas universitárias.

Quando perguntados acerca de quais questões sobre política de indexação merecem ser discutidas pela área, os bibliotecários indicaram que os elementos a serem melhor discutidos na área são quem utiliza e/ou para quem se destina a política de indexação (52%), a necessidade do estabelecimento de política de informação e sua respectiva formulação pelas unidades (48%), as questões metodológicas para a elaboração da política de indexação (48%) e a política institucional da unidade de informação, correspondendo a 40% escolhidos pelos profissionais no formulário eletrônico, conforme gráfico abaixo:

**Gráfico 1:** Questões sobre política de indexação que merecem ser discutidas pela área na concepção de bibliotecários brasileiros

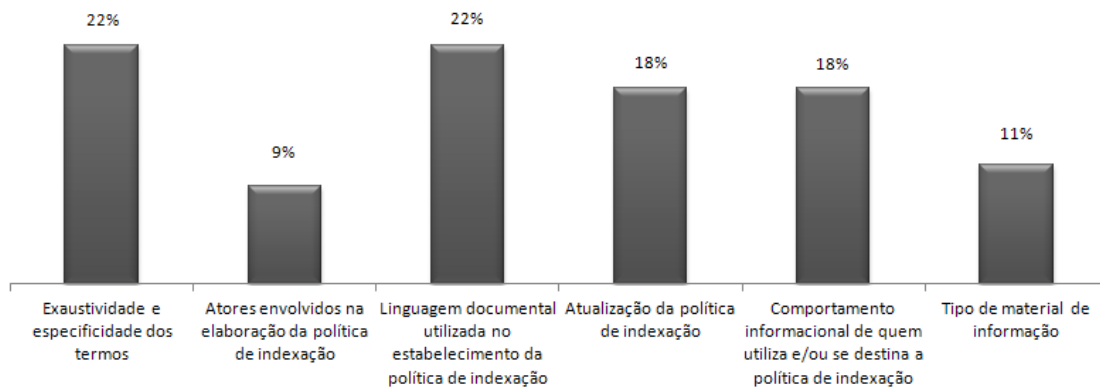


Fonte: Dados da pesquisa.

Outros pontos destacados relacionam-se à constituição de grupo de profissionais das bibliotecas para troca de informações; como utilizar a política de indexação; a relação entre as atividades do serviço de referência e a representação temática em uma biblioteca; a gestão do sistema de informação; e a linguagem do usuário. Cabe ressaltar que, devido à particularidade da questão em tela, alguns bibliotecários puderam selecionar mais de uma opção dentre as apresentadas.

Relativo aos elementos a serem considerados na elaboração de política de indexação para bibliotecas universitárias, os resultados foram: a linguagem documental utilizada no estabelecimento da política de indexação (77%); a exaustividade e especificidade dos termos (74%); o comportamento informacional de quem utiliza e/ou para quem se destina a política de indexação (62%); a atualização da política de indexação (60%); e o tipo de material de informação (39%), conforme segue:

**Gráfico 2:** Elementos a serem considerados na elaboração de política de indexação para bibliotecas universitárias na concepção de bibliotecários brasileiros



Fonte: Dados da pesquisa.

O nível de exaustividade da indexação está relacionado com a quantidade de conceitos que caracterizam o conteúdo completo de um documento e nunca com o número de descritores atribuídos a um objeto indexado. Algumas das causas que poderiam explicar por que os sistemas de informação ampliam o número de descritores sem cobrir mais conceitos contidos nos documentos: generalidade ou a especialização da informação tratada; exigências dos usuários; cultura de que quanto mais descritores são atribuídos a um documento, maior será a possibilidade de recuperá-lo, embora se diminua o nível de precisão. Já o nível de especificidade é a exatidão com que um termo de indexação representa fielmente um conceito particular presente no documento que está sendo objeto de análise. Para tanto, é preciso dispor de linguagens de indexação adequadas ao nível da especificidade exigido pela análise conceitual. O uso de tesouro em áreas científicas especializadas na etapa de tradução dos conceitos contribui para o alcance de um maior nível de especificidade (Gil Leiva, 2008).

No conjunto de respostas obtidas, verificou-se que o catálogo coletivo *online* precisa garantir a conectividade entre os diversos atores do contexto acadêmico, por meio da linguagem documental (uma metalinguagem que representa os assuntos tratados em um documento), garantindo uma adequada recuperação da informação. Sendo tal sua importância, ressalta-se a necessidade de elaboração/atualização da linguagem documental utilizada no estabelecimento da política de indexação, sendo esta própria para cada contexto, conferindo maior credibilidade da representatividade e a visibilidade do sistema de bibliotecas.

O comportamento informacional de quem utiliza e/ou se destina a política de indexação e o tipo de material de informação a ser incorporado também constituem importantes elementos a serem considerados no estabelecimento de uma efetiva política de indexação no contexto de bibliotecas universitárias. Outros pontos apontados por dois bibliotecários foram relacionados às questões éticas do processo de indexação, a atualidade e historicidade temáticas e as questões de gênero.

No que se refere ao treinamento (cursos e palestras) para realizar a representação dos conteúdos, além da formação acadêmica, 68% afirmam terem recebido este tipo de atualização profissional, enquanto que 32% não. Outro ponto foi que a grande maioria dos bibliotecários, ou seja, 99% considera que a adoção de uma política de indexação traz benefícios no sentido de uniformizar o trabalho de representação e melhorar os serviços oferecidos pela biblioteca, contra apenas 1% que demonstram opinião contrária. Quanto ao uso de algum tipo de vocabulário controlado para a representação dos conceitos, 86% dos bibliotecários utilizam, enquanto que 14% não.

Sobre quais pontos deveriam ser abordados para a construção e efetiva aplicação de uma política de indexação, foram apontados alguns fatores primordiais para a construção da política de indexação na concepção dos bibliotecários participantes da pesquisa.

Em relação aos procedimentos metodológicos de implantação da política de indexação, seria necessário abordar os princípios, métodos para a construção e efetiva aplicação de uma política de indexação; o estabelecimento de critérios consistentes; o controle da qualidade da indexação por meio da avaliação, obtendo um *feedback* dos atores envolvidos; a elaboração de manual com política e procedimentos de indexação e a avaliação da consistência e recuperação da indexação (satisfação do usuário, falhas ocorridas, correções necessárias, etc.).

Quanto aos aspectos institucionais, destaca-se a realização de um estudo comparativo entre instituições que utilizam a política de indexação para nortear o processo de indexação e aquelas que não utilizam, buscando vantagens e desvantagens; as políticas, regras biblioteconômicas voltadas para a realidade do Brasil e não dos EUA; a adoção e/ou desenvolvimento de um sistema para a biblioteca; a atualização constante da política de indexação; um canal para troca de experiências/sanar dúvidas; a formação de grupos de trabalho e reuniões de grupos de catalogadores/indexadores para buscar um consenso e cooperação entre os profissionais; pensar a política de indexação como uma ferramenta de gestão da informação e de sua aplicação num sistema descentralizado e em contexto multidisciplinar; a padronização de todas as bibliotecas de uma mesma instituição em relação aos elementos inclusos na elaboração da política de indexação; a continuidade da atividade pelos profissionais dentro da mesma biblioteca/instituição e um maior envolvimento dos atores das instituições (dirigentes, catalogadores, usuários, especialistas). Além disso, foram apontados os tipos de materiais que serão tratados na política de indexação.

A política de indexação deve levar em consideração também a instituição por completo, além das necessidades de sua comunidade usuária, pois cada biblioteca possui características próprias e sofre influências da cultura da organização que a engloba – no caso, a universidade –, sendo expressa pela maneira como se trata os usuários, pelo ambiente físico, pelo grau de lealdade expresso aos funcionários, entre outros (Boccatto & Fujita, 2005). Por sua vez, a universidade está condicionada a um contexto maior: a política de ciência e tecnologia (C&T), que reflete na própria biblioteca universitária.

Sobre os instrumentos utilizados, os bibliotecários salientaram a escolha dos instrumentos de indexação; ter tecnologia compatível e o investimento no desenvolvimento de indexações pós-coordenadas mais avançadas, por exemplo, aquelas em que o motor de busca indexa os possíveis resultados da pesquisa com base no que foi pesquisado, e não em uma faceta específica de conteúdo informacional percebida anteriormente pelo indexador.

Referente ao indexador/catalogador de assunto, foram destacados: o conhecimento profundo sobre os assuntos indexados e da linguagem de indexação; a necessidade de profissionais capacitados e dedicados à elaboração/atualização da política de indexação; a capacitação profissional por meio de treinamentos; interesse e pré-disposição dos profissionais, ou seja, comprometimento profissional, com maior envolvimento dos profissionais, catalogadores/indexadores ou não; o diálogo com os usuários no momento da busca; atualização na linguagem de especialidade quanto ao surgimento de novos termos; as questões éticas no processo de indexação/catalogação de assunto e o conhecimento de como os usuários efetuam a

busca no sistema de recuperação, da metodologia para elaboração da política de indexação, dos conceitos e teorias da indexação, da área em que atua e das necessidades institucionais e do perfil do usuário.

Sobre os usuários, foram apontados: facilitar a recuperação da informação pelo usuário; desenvolvimento de metodologias para o mapeamento das reais necessidades dos usuários da biblioteca; o comportamento informacional de quem utiliza as informações, ou seja, a quem se destina a indexação e a realização de estudo de usuário adequado.

No que tange à linguagem, os bibliotecários sinalizaram sobre a possibilidade de inclusão de novos termos; a exaustividade versus a especificidade; o nível de precisão; a linguagem controlada versus a linguagem natural; o vocabulário controlado utilizado, controle de vocabulário; a delimitação de assuntos dessa comunidade; a cobertura temática em níveis qualitativos e quantitativos; a padronização dos assuntos; a consistência da indexação; as estratégias de busca; a polivalência temática no contexto universitário; as terminologias atuais; a maior flexibilidade na inclusão de termos; a discussão e instrução de uso de qualificadores e a descrição das fontes de informação utilizadas na indexação (BN, LC, vocabulários controlados etc.).

Quanto ao manual de indexação, as sugestões dos bibliotecários acerca dos assuntos a serem contemplados neste instrumento de trabalho foram: a apresentação da política, contextualizando o ambiente organizacional e caracterizando o público alvo; justificativa e objetivos da política de indexação; breve fundamentação teórica sobre o processo de indexação; cobertura de assuntos e o tratamento profundo ou superficial de cada uma das áreas; o processo de indexação (análise conceitual, identificação dos conceitos e tradução); a exaustividade/ especificidade do sistema; linguagem de indexação; capacidade de revocação e precisão; estratégia de busca; tempo de resposta do sistema; forma de saída e avaliação do sistema; e competências e habilidades do indexador.

Ao entendermos a política de indexação como a forma de realizar a indexação de uma determinada instituição para concretizar, sistematizar e reunir em manuais os processos da indexação, ou seja, um guia para tomada de decisões (Gil Leiva, 2008; Carneiro, 1985), pressupõe-se que esta reunião dos procedimentos em manuais está diretamente relacionada com o número de profissionais que se dedicam a esta atividade de indexação e ao nível de qualidade que o sistema de informação pretende alcançar. Os manuais de indexação são importantes não apenas para a formação de novos indexadores como também para a formação contínua de indexadores experientes.

O último item do questionário versa sobre o papel da política de indexação para a atividade de indexação/catalogação de assunto. Nesta questão, optou-se por manter algumas das respostas originais no intuito de exemplificar as concepções sobre a temática por meio das próprias declarações individuais dos bibliotecários participantes da pesquisa:

*“A adoção de uma política de indexação é indispensável, pois viabiliza a padronização do trabalho de representação, melhorando consideravelmente a qualidade dos serviços oferecidos pela biblioteca”* (Bibliotecário catalogador/indexador)

*“O papel da política de indexação é fundamental para normalizar e padronizar a atividade de indexação, uma vez que mais de um bibliotecário realiza essa função”* (Bibliotecário indexador)

*“Uma política de indexação não deve ser uma camisa de força, mas estabelecer diretrizes gerais, de forma que todos se orientem por elas, respeitando as singularidades de cada contexto”* (Diretor de biblioteca).

*“É preciso que todos os procedimentos referentes à atividade de indexação na instituição sejam padronizados e documentados, seja por meio de manuais, políticas e/ou diretrizes. Nesse sentido, a importância da elaboração de uma*

*política de indexação, por exemplo, apresenta-se em vários fatores, e um deles é a necessidade de garantia de padrões permanentes de qualidade e excelência no processo de representação da informação, tendo, assim, como resultado uma recuperação da informação igualmente de qualidade. Outro elemento importante é quanto à organização do conhecimento como fator de contribuição para o avanço tecnológico e científico, no sentido de que a política de indexação normalize os procedimentos e o estabelecimento de linguagens documentárias” (Bibliotecário catalogador/indexador e Bibliotecário de referência)*

*“Orientar e organizar o trabalho dos bibliotecários na análise de assunto e dos descritores, de forma a melhorar a recuperação da informação” (Diretor de Biblioteca e Bibliotecário catalogador)*

*“Entendo que o estabelecimento de uma política de indexação pelas bibliotecas irá nortear o processo na tomada de decisões e a padronização da atividade de indexação/catalogação, refletindo na eficiência do processo de tratamento e recuperação da informação” (Bibliotecário catalogador/indexador e Supervisor de Seção)*

*“Entre outros, a política de indexação possibilita minimizar os efeitos da subjetividade empregada pelos responsáveis pela indexação, visto que fornece diretrizes e delimitações a serem seguidas por um grupo de profissionais” (Bibliotecário catalogador)*

*“Uniformização, padronização e consistência de dados” (Bibliotecário catalogador/indexador)*

*“A política de indexação deve representar o contexto da cultura organizacional da instituição em que se atua, em consonância também à rede que integre” (Bibliotecário de referência e Supervisor de Seção)*

*“Dar embasamento para os critérios estabelecidos pela unidade de Informação para os procedimentos de indexação, bem como de segurança para os indexadores nas tomadas de decisão (Bibliotecário catalogador/indexador)*

*“Uma boa política pode criar critérios que sejam vistos não como limitadores e sim como um caminho a ser seguido no momento da tomada de decisão na escolha dos termos a serem utilizados que melhor atendam as necessidades informacionais dos usuários” (Bibliotecário indexador)*

*“É de extrema necessidade, principalmente para saber se há uma interseção entre os termos indexados pelo catalogador e os termos utilizados na busca pelo usuário, e para também deixar claro quais os critérios e técnicas de indexação que podem ser adotados pelos bibliotecários da instituição” (Bibliotecário catalogador)*

*“Construir caminhos, procedimentos e padronizações para que a recuperação da informação seja feita de forma rápida e eficaz” (Bibliotecário de referência)*

*“A política de indexação não se refere apenas aos procedimentos e padrões adotados para a indexação de assuntos. Abrange toda a tomada de decisão que envolve tanto o processo técnico de indexação como a eficácia na recuperação da informação. Isso tudo tem que ser pensado na política de indexação” (Bibliotecário catalogador)*

*“A política de indexação é fundamental porque, muitas vezes, os indexadores são o principal caminho para recuperação da informação. É importante que a*

*política de indexação estabeleça tanto padrões para a construção do vocabulário controlado a ser utilizado como ajude o bibliotecário a encontrar equilíbrio entre vocabulário técnico e a linguagem natural adotada pelos usuários” (Bibliotecário catalogador/indexador e Bibliotecário de referência)*

No geral, observa-se que os sujeitos participantes entendem que a política de indexação visa padronizar os procedimentos quanto ao tratamento técnico da informação, direcionando o serviço de indexação de forma a contribuir com a melhoria na recuperação da informação e reconhecem a importância do estabelecimento da política de indexação para melhoria da qualidade dos produtos e serviços oferecidos pelas bibliotecas universitárias.

## **5. Considerações finais**

O processo de indexação no contexto de bibliotecas universitárias é uma atividade complexa que agrega princípios da representação de assunto. Logo, requer a sistematização de políticas de indexação que cerquem as nuances que a prática profissional pode vir a apresentar quando realizada em domínios informacionais que apresentem características e particularidades específicas, muitas destas relacionadas à comunidade usuária. A aplicação dos questionários revelou a concepção dos atores sociais investigados sobre o cenário prático-aplicado em que se encontra a política de indexação no contexto das bibliotecas universitárias, e como este recurso é percebido e aplicado na prática profissional.

O encaminhamento de estudos desta natureza no âmbito da área de Organização e Representação do Conhecimento contribui sumariamente para que os conhecimentos teóricos e metodológicos no que tange à política de indexação sejam enriquecidos a partir da obtenção de conhecimentos e experiências práticas dos bibliotecários. No presente estudo, esta manobra mostrou-se efetiva, ao passo que os resultados obtidos reforçam a importância da presença da política de indexação no contexto das bibliotecas universitárias, atuando como instrumento de padronização do processo de tratamento temático, sendo garantia de qualidade dessa atividade ao passo que define mecanismos e decisões que facilitam e asseguram uma correta recuperação dos documentos por parte dos usuários. Ao prever uma avaliação periódica da atividade, a política de indexação possibilita a correção sistemática, tanto do trabalho dos bibliotecários, quanto das próprias regras e normas vigentes acerca da representação temática dos documentos em uma biblioteca, bem como traça o caminho a seguir em cada situação, contribuindo para otimizar, facilitar e melhorar a recuperação da informação.

O campo da Ciência da Informação no Brasil, assim como ocorreu em diversos campos do conhecimento, para seu fortalecimento importou um conjunto de valores e crenças teórico-práticas dos países centrais. Apesar desta configuração histórica, ainda na contemporaneidade esta relação permanece presente de diversas formas, desde o tipo de financiamento que as bibliotecas universitárias recebem, especialmente as públicas, a seleção dos tipos de materiais/documentos que compõem os acervos, até a política de indexação.

Historicamente, as bibliotecas universitárias, inseridas em um contexto maior, são influenciadas por diversos fatores, sejam econômicos, políticos, sociais ou tecnológicos. Entretanto, seu papel de mediação entre os itens documentais e os usuários permanece na contemporaneidade. As atividades de tratamento documental em bibliotecas universitárias são influenciadas pela política de indexação e, em uma perspectiva mais ampla, pela política de informação e pela política de ciência e tecnologia na universidade onde estão inseridas.

Tomando como base os argumentos de Herrera (1975, p. 112-113), não se pode resolver um problema institucional – neste caso, da falta de uma política de indexação que norteie a atividade de indexação – simplesmente copiando modelos desenvolvidos nos países centrais e que a experiência destes pode ser de grande utilidade, mas apenas à medida que se busca sua própria elaboração de política de indexação em bibliotecas universitárias, com o objetivo de que se encontre uma

estrutura que, ao mesmo tempo satisfaça as necessidades universais da produção científica e se adapte às condições particulares de cada biblioteca.

Finalmente, para o estabelecimento da política de indexação, como um guia para tomada de decisões, diversos são os fatores a serem considerados, pois cada biblioteca universitária possui suas próprias especificidades e características. Por fim, torna-se necessário que a política de indexação em bibliotecas universitárias esteja descrita de maneira clara, objetiva e ao alcance de todos os atores que contribuem para o desenvolvimento desse processo dentro do sistema de informação, visando contribuir para a otimização do processo de socialização do conhecimento científico por meio das tecnologias na sociedade.

## Referências

- Boccatto, V. R. C. , & Fujita, M. S. L.** (2010). O uso de linguagem documentária em catálogos coletivos de bibliotecas universitárias: um estudo de avaliação sociocognitiva com protocolo verbal. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 15 (3), 23-51.
- Booth, P. F.** (2011). *Indexing: the manual of good practice*. München: K. G. Saur.
- Carneiro, M. V.** (1985). Diretrizes para uma política de indexação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 14(2), 221-241.
- Campos, A. T.** (1987). A indexação. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, 15(1), 69-72.
- Chaumier, J.** (1986). *Analisis y lenguajes documentales: el tratamiento lingüístico de la información documental*. Barcelona: Editorial Mitre.
- Chizzotti, A.** (2003). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez.
- Dias, E. W. , & Naves, M. M. L.** (2007). *Análise de assunto: teoria e prática*. Brasília: Thesaurus.
- Fernández Molina, J. C. , & Moya Anegón, F. de.** (1998). *Los catálogos de acceso público em línea: el futuro de la recuperación de información bibliográfica*. Málaga: Asociación Andaluza de Bibliotecário.
- Ferraz, I. M. C.** (1991). Uso do catálogo de biblioteca: uma abordagem histórica. *Trans-in-formação*, 3(3), 90-114.
- Fiúza, M. M.** (1985). O ensino da catalogação de assunto. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, 14(2), 257-269.
- Fujita, M. S. L., Agustín Lacruz, M. Del C., & Gómez Diaz, R.** (2012). A situação atual da indexação nas tarefas bibliotecárias. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 17, 94-109.
- Fujita, M. S. L.** (2013a). A importância teórica e prática da indexação na fundamentação científica da organização e representação do conhecimento. In Dodebei, V., & Guimarães, J. A. C. (Orgs.). *Complexidade e organização do conhecimento: desafios de nosso século* (pp. 147-159). Rio de Janeiro: ISKO-Brasil, Marília: FUNDEPE.
- Fujita, M. S. L.** (2013b). A representação documentária no processo de indexação com o modelo de leitura documentária para textos científicos e livros: uma abordagem cognitiva com protocolo verbal. *Ponto de Acesso*, 7(1), 42-66.
- Fujita, M. S. L.** (2005). Aspectos evolutivos das bibliotecas universitárias em ambiente digital na perspectiva da Rede de Bibliotecas da UNESP. *Informação e Sociedade: estudos*, 15(2).
- García Marco, F. J.** (2002). Los catálogos automatizados y su consulta pública. In Orera Orera, L. (Ed.), *Manual de Biblioteconomía* (pp. 153-179). Madrid: Síntesis.
- Gil Leiva, I.** (2008). *Manual de indización: teoría y práctica*. Gijón: Trea.
- Guimarães, J. A. C.** (2000). Políticas de análisis y representación de contenido para la gestión del conocimiento en las organizaciones. *Scire*, 6(2), 48-58.
- Guimarães, J. A. C.** (2009). Abordagens teóricas de tratamento temático da informação (TTI): catalogação de assunto, indexação e análise documental. In Garcia Marco, F. J. (Org.), *Avances y perspectivas en sistemas de información y documentación y en entorno digital* (pp. 105-117). Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza.
- Herrera, A. O.** (1975). *Ciencia e política en América Latina* (4a. ed.). UCV Ediciones de La Biblioteca: Caracas.

- Holanda, A.** (2006). Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. *Análise Psicológica*, 24(3), 363-372.
- Lancaster, F. W.** (2004). *Indexação e resumos: teoria e prática*. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos (2a. ed.). Brasília: Briquet de Lemos.
- Mai, J-E.** (2000). Deconstructing the indexing process. *Advances in Librarianship*, 23, 269-298.
- Martinho, N. O., & Fujita, M. S. L.** (2010). La catalogación de materias: apuntes históricos sobre su normalización. *Scire*, 16(2), 61-70.
- Mey, E. S. A., & Silveira, M. C.** (2009). *Catálogo no plural*. Brasília: Briquet de Lemos.
- Milstead, J. L.** (1983). Indexing for subject cataloguers. *Cataloging & Classification Quarterly*, 3(4), 37-43.
- Naves, M. M. L.** (2002). El trabajo de los indizadores: factores que afectan al análisis de contenido. *Scire*, 8(1), 119-130.
- Nunes, C. O.** (2004). Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras. *Biblos - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, 16, 55-61.
- Passoni, L. A.** (2001). *Avaliação de linguagem documentária em catálogos cooperativos online: um estudo de caso para levantamento de indicadores de avaliação do Banco de Dados Bibliográficos ATHENA*. (Trabalho de conclusão de curso, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília).
- Pinho, F. A.** (2010). *Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras*. (Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília).
- Robredo, J.** (2005). *Documentação de hoje e de amanhã: uma abordagem revisitada e contemporânea da Ciência da Informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivísticas e museológicas* (4a. ed. rev. e ampl.). Brasília: Edição de autor.
- Rubi, M. P.** (2008). *Política de indexação para construção de catálogos coletivos em bibliotecas universitárias*. (Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília).
- Sánchez Luna, B. E.** (2004). Catalogación por materia. In Figueroa Alcántara, H. A. & Ramírez Velázquez, C. A. (Orgs.), *Organización bibliográfica y documental* (pp. 83-103). México D. F.: CUIB-UNAM.
- Sauperl, A.** (2002). *Subject determination during the catalog process*. Lanham: Scarecrow.
- Silva, M. R., & Fujita, M. S. L.** (2004). A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. *Transinformação*, 16(2), 133-161.
- Tamayo, A. M. M., & Valdez, J. C.** (2008). *Indización y clasificación en bibliotecas*. Buenos Aires: Alfagrama.
- Tauber, M. F.** (1953). *Technical services in libraries: acquisitions, cataloging, classification, binding, photographic reproduction, and circulation operations*. New York: Columbia University.
- Unesco. (1975). *Tendances nouvelles de l'enseignement intégré des sciences*, Paris: Unesco, II.
- Vasconcellos, P. de A. de G.** (1996). Bibliodata/CALCO - Informação Bibliográfica para o Desenvolvimento. *Ciência da Informação*, 25(3), 1-6.
- Villén-Rueda, L.** (2006). Indización y recuperación por materias en los opacs de las bibliotecas españolas: ¿dos décadas de evaluación? *El profesional de la información*, 15(2), 87-98.
- Waller, S., & Masse, C.** (1999). *L'analyse documentaire: une approche méthodologique*. Paris: ADBS.